

# Benito Gama é intimado a depor pela PF em operação que investiga Aécio

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

**A** Polícia Federal deflagrou ontem a Operação Ross, que tem como objetivo investigar o recebimento de vantagens indevidas por parte de três Senadores da República e três Deputados Federais, entre os anos de 2014 e 2017. As vantagens teriam sido solicitadas a um grande grupo empresarial do ramo dos frigoríficos que teria efetuado o pagamento, inclusive para fins da campanha presidencial de 2014. A ação é um desdobramento da Operação Patmos, deflagrada pela PF em maio de 2017.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em imóveis do senador

Aécio Neves (PSDB) e da irmã dele, Andréa Neves, no Rio e em Minas Gerais. A defesa do tuco, em nota, considerou a medida "desnecessária". A operação tem como base a delação premiada de executivos do grupo J&F. Aécio, principal alvo, teria recebido R\$ 110 milhões em propina. Suspeita-se que os valores eram recebidos por meio da simulação de serviços que não eram efetivamente prestados e para os quais eram emitidas notas fiscais frias. São investigados os crimes de corrupção passiva, organização criminosa, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

"O Senador Aécio Neves sempre esteve à disposição para prestar esclarecimentos e apresentar todos os documentos que se fizessem necessários às investi-

gações, bastando para isso o contato com seus advogados", declarou o tuco, em nota. "O inquérito policial baseia-se nas delações de executivos da JBS que tentam transformar as doações feitas a campanhas do PSDB, e devidamente registradas na justiça eleitoral, em algo ilícito para, convenientemente, tentar manter os generosos benefícios de seus acordos de colaboração. A correta e isenta investigação vai apontar a verdade e a legalidade das doações feitas".

Na Bahia, o primeiro vice-presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e presidente da sigla na Bahia, deputado federal Benito Gama, foi intimado a depor pela Polícia Federal. Também foram intimados a deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ) e

Foto: Felipe Silva/TV Rio Sul



**NA BAHIA**, o primeiro vice-presidente nacional do PTB, deputado federal Benito Gama, foi intimado a depor pela Polícia Federal

os senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG) e José Agripino (DEM-RN). Benito se pronunciou através de nota enviada à imprensa. "Não houve contra a mim nenhuma medida de busca e apreensão ou qualquer outra medida. Assim como em toda a minha trajetória, continuo sempre à disposição da justiça em qualquer investigação. O

mesmo faz parte do estado democrático", enfatizou. "Seriedade e responsabilidade ao longo destes mais de trinta anos dedicados à de vida pública em prol da Bahia e do Brasil", finalizou.

Aproximadamente 200 policiais federais cumpriram a 24 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal, relativos a dois dos investi-

gados, e realizam 48 intimações para oitivas. As medidas estão sendo cumpridas no Distrito Federal e nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Tocantins, e Amapá. O nome da operação faz referência a um explorador britânico que dá nome à maior plataforma de gelo do mundo localizada na Antártida fazendo alusão às notas fiscais frias que estão sob investigação. O PF solicitou prisão domiciliar de Benito. O pedido, no entanto, foi negado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio de Mello. A PGR e o STF também negaram a prisão domiciliar do senador e deputado federal eleito Aécio Neves (PSDB-RJ), de sua irmã Andrea Neves, e do deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade-SP). A PGR concordou apenas com três pedidos de prisão de pessoas ligadas a Aécio: os empresários Flávio Jacques e Ricardo Guedes e o marqueteiro Paulo Vasconcelos. Todos os demais citados na reportagem negaram envolvimento em irregularidades e afirmaram que prestarão os esclarecimentos devidos.

## SUSPEITA DE PROPINA

# Raquel Dodge vê 'relação espúria' entre Aécio e J&F

MARIANA OLIVEIRA  
TV GLOBO BRASÍLIA



**RAQUEL DODGE** afirmou que as investigações da Polícia Federal a partir das delações da J&F indicam "relação espúria" entre Aécio Neves e o grupo empresarial

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou em documento de 40 páginas enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) que as investigações da Polícia Federal a partir das delações da J&F indicam "com muita seriedade a existência de uma relação espúria e duradoura" entre o senador Aécio Neves (PSDB-MG) e o grupo empresarial. Nesta terça-feira (11), a Polícia Federal e o Ministério Público Federal cumpriram mandados de busca e apreensão em imóveis de Aécio Neves (PSDB-MG) e da irmã dele, a jornalista Andrea Neves, no Rio

de Janeiro e em Minas Gerais. A operação, batizada de Ross, surgiu a partir de delação de executivos da J&F e apura denúncias de compra de apoio político. "O vasto acervo, formado por depoimentos e provas documentais, indica a existência de uma associação criminosa voltada a corrupções de valores monumentais, da ordem de mais de cem milhões de reais. Milhões de reais foram repassados e boa parte deles, ao que apontam os indícios, por mecanismo clássico de lavagem de dinheiro", diz Dodge, completando que há suspeitas de repasse de R\$ 128 milhões em vantagens indevidas.

Na operação desta terça, autorizada pelo ministro

Marco Aurélio Mello, também foram realizadas buscas em endereços do deputado federal Paulinho da Força (SD-SP), em São Paulo. Segundo a procuradora-geral, as investigações apontam que o Solidariedade teria recebido R\$ 15 milhões da J&F a pedido de Aécio, com intermediação de Paulinho da Força. De acordo com a PGR, o repasse teria sido feito por meio de doações oficiais e simulação de prestação de serviços, conforme a apuração. A PF teria identificado emissão fraudulenta de notas para "escamotear" R\$ 4 milhões, afirmou Dodge.

Também foram juntadas notas fiscais apresentadas pelos delatores, reproduzidas pela PGR. Al-

gumas dessas empresas tinham ligações, segundo a PF, com familiares do deputado Paulinho. A procuradora afirmou que as buscas em endereços ligados a Aécio e Paulinho da Força eram necessárias para confirmação dos dados apresentados pelos delatores. No ano passado, a Procuradoria Geral da República pediu a anulação da delação da J&F por suspeita de omissões dos delatores, mas pediu que as provas sejam mantidas válidas. O STF só deve avaliar se mantém ou anula a colaboração no ano que vem. A procuradora opinou contra pedido da PF para afastamento do cargo e recolhimento domiciliar noturno de Aécio e outros parlamentares citados.

# ACM Neto espera apoio do PSL à reeleição de Maia na Câmara

Os próximos dias serão decisivos para determinar qual será a relação do DEM com o governo do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL). De acordo com o presidente nacional da agremiação, ACM Neto, uma reunião com o novo líder do Palácio do Planalto irá selar o arranjo. O prefeito de Salvador trabalha para que o PSL apoie a candidatura de Rodrigo Maia (DEM) para a Presidência da Câmara dos Deputados. "Meu primeiro passo foi a reunião com Onyx [Lorenzoni, futuro ministro da Casa Civil]. O segundo passo agora é a reunião do partido com Bolsonaro. E, daí, a gente vai aprofundar essa agenda

para tomar uma decisão - que não vai demorar muito. Será uma decisão tomada no máximo entre o início do mês de janeiro e fevereiro. Será uma decisão coletiva do partido e não apenas do presidente ACM Neto", afirmou, ontem, durante o anúncio da programação do Festival da Virada.

Anteontem, ao ser indagado pela Tribuna sobre a declaração do deputado eleito Eduardo Bolsonaro de que o PSL não apoiaria a reeleição de Maia, Neto havia dito que o assunto não mereceria comentários. Já ontem a resposta para a mesma pergunta mudou e ele afirmou que aguardará um posicionamento oficial

de toda a agremiação a respeito do caso. "A bancada do PSL não se pronunciou ainda. Ainda tem muita água para rolar debaixo dessa ponte. A eleição para a Presidência da Câmara só acontecerá no dia 1 de fevereiro. Então, temos praticamente dois meses ainda. Tem muita coisa que ainda vai acontecer. Não é hora de se precipitar e nem estar estimulando o debate, o enfrentamento pela imprensa. É hora de fazer conversas políticas".

Ele também prefere não confirmar o nome de Alberto Pimentel, marido da deputada eleita Dayane Pimentel (PSL), na Secretaria Municipal de Trabalho, Esportes e



**ACM NETO** se reunirá com Onyx Lorenzoni e com o PSL para discutir a disputa pela presidência da Câmara dos Deputados

Lazer (SEMTEL). "Não vou fulanizar nenhuma situação antes de fechar todas as posições. Estava conversando longeamente com Bruno [Reis] ontem e possa ser que eu faça um anúncio coletivo ou pode ser que eu vá anunciando as mudanças

uma por vez. Não tenho pressa. A Prefeitura está funcionando, a nossa equipe está trabalhando. Temos uma equipe muito eficiente. Se você me perguntar se é possível o PSL vir para o governo, digo que é possível. Se o PSL virá para o

governo, eu não sei". Indagado sobre o caso do motorista e ex-assessor do deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), citado em relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) devido a uma "movimentação atípica" de R\$ 1,2 milhão em suas contas bancárias, Neto defendeu as investigações. "Acho que não interessa se é o presidente, o filho do presidente, o ex-presidente... Não interessa quem é. Todos tem que ser investigados para esclarecer as questões. Não tenho conhecimento detalhado sobre o que está por trás disso. Mas explicações precisam ser dadas. Assim como temos a expectativa de que qualquer cidadão possa se explicar". (HB)

# Câmara aprova "Pé na Escola" e diretoria animal

Foto: Antonio Queirós



**A CÂMARA DE SALVADOR** aprovou, ontem, três projetos do Executivo municipal

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

A Câmara de Salvador aprovou, ontem, três projetos do Executivo municipal. Entre eles, o que institui na cidade o programa "Pé na Escola" e o que cria a diretoria de defesa dos animais. A primeira matéria possibilitará que 10 mil vagas sejam criadas para crianças em idade pré-escolar (4 e 5 anos) estudarem em escolas privadas. Segundo a proposta, o investimento será na ordem de R\$ 30 milhões, com recursos do Município.

O projeto foi aprovado por 26 votos a favor e oito contrários. Na época de lançamento do programa, o prefeito de Salvador, ACM Neto

(DEM), afirmou que o programa é uma reivindicação da população. "Com isso, atendemos a uma demanda apresentada pelos pais desde o início da gestão, em 2013, da falta de um lugar seguro onde deixar os filhos para conseguir ir trabalhar e colocar comida na mesa em casa", disse. A administração soteropolitana prevê uma implementação rápida, já que serão aproveitadas vagas ociosas da rede privada.

Líder da oposição na Casa, a vereadora Marta Rodrigues (PT) reclamou da proposta. "O prefeito, com esse projeto, admite a falta de prioridade orçamentária com relação à educação ao transferir verba pública para a iniciativa privada", ressaltou. Segundo a petista, a

materia não dá a menor garantia aos alunos. "Diz que é temporário, mas não estabelece limite de tempo. É uma falácia, não dá a menor garantia nem segurança para que os alunos se mantenham nessas instituições", pontuou.

A segunda matéria que cria a diretoria de defesa animal também foi aprovada por maioria. Ex-integrante da base democrata e agora aliado do governador reeleito Rui Costa (PT), a vereadora Ana Rita Tavares (PMB), que defendeu a causa, disse que o texto era inconstitucional. "O prefeito não ouviu o movimento de proteção animal que existe em Salvador, ONGs de proteção animal que estão lotadas de cães e gatos. Esse projeto é

antidemocrático. [...] Queremos, de verdade, política pública através de um projeto de lei que respeitasse o movimento que existe, mas que não foi ouvido. Isso é uma agressão à democracia", salientou.

Ainda na sessão, os vereadores aprovaram a proposta que cria o Fundo Municipal de Mobilidade Urbana, que, segundo o secretário municipal de Mobilidade, Fábio Mota, vai possibilitar a renovação da frota de ônibus na capital baiana. Hoje, a Casa aprecia dois projetos que alteram o Código Tributário, a Lei Orçamentária Anual (LOA) e entram em recessão. O retorno será dia 2 de fevereiro, quando o prefeito ACM Neto levará a mensagem do Executivo para a Casa.